

Clipping da Infância e Juventude do TJPE – 05/11/2015

- [O drama das mães que dão à luz na cadeia: em SP, 8% das crianças vão parar nas ruas](#)
- [Educação - Trânsito também é coisa de criança e problema das escolas](#)
- [No mundo do circo crianças cuidam da saúde enquanto desenvolvem habilidades para a vida](#)
- [Adolescente é apreendido após atirar em segurança da UFPE, no Recife](#)
- [Servidoras do TJPE lançam livro sobre alienação parental nesta quinta](#)
- [Prática de Adoção é finalista no Prêmio Innovare](#)
- [Audiência pública discutirá protocolos de atuação para a defesa dos direitos da Infância e Juventude no carnaval 2016](#)
- [Mais de 20 estabelecimentos comerciais de Lajedo se comprometem a coibir poluição sonora e venda ilegal de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos](#)
- [Relatório da OMS sobre combate à obesidade infantil recebe sugestões públicas](#)
- [Prefeito sanciona projeto de lei que permite atuação das doulas para humanizar partos em JP](#)

Assunto: O drama das mães que dão à luz na cadeia: em SP, 8% das crianças vão parar nas ruas

Fonte: Portal Andi

Data: 05/11/2015



No dia 11 de outubro, uma detenta grávida de 9 meses deu à luz dentro de uma solitária da penitenciária Talavera Bruce, no Complexo Penitenciário de Bangu, zona oeste do Rio de Janeiro. Presas que estavam no local relataram que pediram ajuda, aos gritos, mas não foram atendidas. A mulher saiu do isolamento com o bebê nos braços e o cordão umbilical sem cortar. De acordo com a Seap (Secretaria de Estado de Administração Penitenciária), a presa estava na unidade individual por excesso de agressividade. O caso veio à tona mais de duas semanas depois e chamou a atenção para a forma com as grávidas são tratadas dentro dos presídios brasileiros. Dados da política de atendimento Mães em Cárcere, da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, indicam que ao menos 2.280 mulheres que estão presas declararam ter filhos. Segundo os números, referentes a 2014, 51 crianças foram adotadas

porque as mães estavam presas e outras 173 mulheres disseram ter filhos em abrigos. Além disso, 48 falaram não saber onde estão seus filhos, 96 relataram que pessoas sem vínculo familiar cuidam deles e 300 disseram que as crianças estão em outras situações (o que significa que não estão em abrigos e nem com parentes). Segundo a defensoria, esses dados indicam que cerca de 8% dos filhos de presas estão em situação de mendicância e/ou sem nenhum responsável por eles. Segundo o defensor público Bruno Shimizu, coordenador do núcleo de situação carcerária e integrante do projeto Mães em Cárcere, a situação dessas mulheres melhorou, mas continua crítica. Ele conta que, há alguns anos, as mães davam à luz algemadas e muitas mulheres ficavam com seus bebês em espaços com ratos, o que não acontece mais atualmente. Ainda segundo o estudo, divulgado em julho deste ano, de acordo com a Secretaria de Administração Penitenciária e Secretaria de Segurança Pública do Estado, havia 12.467 mulheres encarceradas no Estado em 2014. Ao todo, 149 disseram estar grávidas — sendo 27 em primeira gestação — e 219 mulheres declararam estar amamentando. Shimizu destaca que, além de atendimento médico específico, essas mulheres têm o direito de conviver com as crianças após o nascimento delas. No entanto, segundo ele, isso nem sempre acontece. "Observamos a violação absoluta de direitos dessas mulheres". Em nota, a SAP (Secretaria de Administração Penitenciária) informou que o Estado de São Paulo possui 18 unidades prisionais femininas, "sendo que quatro foram construídas através do Plano de Expansão de Unidades Prisionais e contam com pavilhões destinados ao atendimento médico das detentas, das grávidas, das puérperas e de seus bebês". Além disso, a pasta destacou que é desenvolvido o Projeto Espaço Mãe "no qual, durante os seis meses do período de amamentação, os filhos permanecem junto às mães". Ainda segundo o texto, além de novas unidades "a Penitenciária Feminina da Capital disponibiliza em torno de 125 vagas destinadas a presas lactantes, que permanecem com seus filhos por um período de seis meses. Também na capital paulista, existe uma ala para presas do regime semiaberto que amamentam no Centro de Progressão Penitenciária do Butantã".

Assunto: Educação - Trânsito também é coisa de criança e problema das escolas

Fonte: Portal Andi

Data: 05/11/2015



Em todo o mundo, a cada quatro minutos, uma criança morre vítima do trânsito, segundo dados da ONG Criança Segura. No Brasil, de acordo com o Datasus, em 2012 foram 4.580 mortos por ano, destes, 38% são atropelamentos. Na faixa etária de 1 a 4 anos os acidentes representam 30% das mortes e 48% de 5 a 9 anos. Por isso, é importante educar as crianças neste cenário, para que compreendam a necessidade de atitudes responsáveis e que não coloquem em risco suas vidas. Para a especialista em mobilidade da Perkons, Idaura Lobo Dias, para reduzir estes números é importante orientar as crianças sobre como se comportar quando pedestre e ocupante de veículo. “Atividades lúdicas ajudam a criança a entender, reconhecer o comportamento adequado para cada cenário e ter consciência dos limites e das capacidades que deverão desenvolver para estar no trânsito. Assim, a criança aprende brincando”, afirma a especialista, que lembra que o projeto Trânsito Ideal, possui um link com propostas de atividades para trabalhar o tema com crianças: como sinalização, as cores do semáforo, cuidados ao atravessar a rua, direções e a importância da faixa de pedestres e da cadeirinha. Em algumas escolas, trânsito também é assunto para a sala de aula. De acordo com a psicopedagoga e vice-presidente do Sindicato das Escolas Particulares (Sinepe/PR), Esther Cristina Pereira, a conscientização sobre a importância da educação no trânsito pode ser trabalhada de forma ampla através de uma série de ações, tanto em sala de aula como em projetos extracurriculares e multidisciplinares. “As possibilidades de trabalhar o tema são infinitas. Com criatividade, os professores podem fazer com que os alunos reflitam sobre a questão por meio de jogos, filmes, leituras, teatro, atividades artísticas e até mesmo pela observação de como eles transitam pela escola, fazendo um paralelo com o trânsito das ruas. Vivenciar o tema e trabalhar com situações reais de forma lúdica torna o aprendizado muito mais prazeroso e eficaz”, sugere.

PEQUENOS VIRAM FISCAIS

Os resultados deste trabalho com crianças e trânsito, desde cedo, segundo a psicopedagoga e vice-presidente do Sindicato das Escolas Particulares (Sinepe/PR), Esther Cristina Pereira, são cidadãos conscientes de suas responsabilidades perante a sociedade, tanto no trânsito quanto fora dele. “O mais interessante é notar que eles aprendem e chamam a atenção dos adultos para a questão, alterando o comportamento da família no trânsito. Eles se tornam pequenos ‘fiscais’ e passam a observar e a ‘denunciar’ as infrações cometidas pelos pais”, complementa. Entre os projetos desenvolvidos para conscientização está o da Escola Atuação, em Curitiba. Criado há mais de 15 anos, o projeto A tua ação no trânsito, tenta mostrar aos pequenos como funciona o trânsito, através de uma série de atividades. “De forma lúdica e divertida, eles aprendem e chamam a atenção dos adultos para a questão”, explica Carolina Frizon, coordenadora pedagógica. Os alunos maiores realizam trabalhos específicos e ouvem palestras sobre o tema. Para os menores, a escola construiu uma minicidade. Nela, triciclos

assumem o papel dos carros. Com semáforos e placas de sinalização, os pequenos atuam como motoristas, pedestres e agentes de trânsito, vivenciando o tráfego como gente grande. “A maioria dos acidentes não são realmente acidentes, pois poderiam ser evitados por meio de uma mudança de comportamento. E é isso que queremos passar para os pequenos: educação e gentileza no trânsito só geram bons frutos”, afirma a coordenadora pedagógica.

Assunto: No mundo do circo crianças cuidam da saúde enquanto desenvolvem habilidades para a vida

Fonte: Portal Andi

Data: 05/11/2015



Natação para sobrevivência, futebol para os meninos e balé para as meninas. Na busca por estimular a prática de uma atividade física já na infância, muitas famílias se atêm a questões práticas que mesclam a combinação entre utilidade e exercício ou optam pelo que tradicionalmente é atribuído como preferência de cada gênero. No entanto, para mudar o cenário em que 45,9% das pessoas entre 14 e 75 anos são sedentárias no Brasil, é preciso muito mais do que exemplo e matricular uma criança em uma academia. A motivação é fundamental. Para isso, vale tentar modalidades não tão convencionais e observar o interesse de cada criança. Para um número cada vez mais crescente delas, as aulas de circo têm se mostrado uma alternativa certa. Que o diga a servidora pública Elza Fátima Rezende Herrerias. Ela conta que a filha Rafaela, de 10 anos, não dava continuidade a nenhuma atividade física. A garotinha tentou natação, dança e vôlei e, segundo a mãe, “sempre desanimava logo no início e inventava uma série de motivos para não ir”. Foi durante uma conversa de Elza com a própria terapeuta que ela recebeu a indicação da especialista para tentar com a filha a aula de circo. Matriculada desde julho deste ano, Rafaela aparenta motivação, afinidade com o trapézio e interesse pelo universo da aula. Diante de qualquer dificuldade, pede auxílio ao professor e se esforça para executar a atividade corretamente. Para Elza, a filha se sente estimulada pelos desafios de cada exercício. Professor de iniciação de técnicas circenses para crianças e adolescentes, Rodrigo Ferrari é quem dá aula para Rafaela e sua turma no Studio A. Segundo ele, o circo para crianças age em várias instâncias da vida de meninos e meninas: desde os benefícios físicos e mentais, além do desenvolvimento da coordenação motora e equilíbrio, até sentimentos como confiança em si mesmas. “Quando a criança vê uma apresentação circense, ela não se vê capaz de conseguir fazer igual. Com as aulas, elas vão compreendendo as inúmeras possibilidades físicas do corpo. Conseguir ficar de ponta à cabeça – mesmo que seja simples para alguns – é uma superação para quem não se imagina capaz daquilo”, explica. As aulas de circo para crianças geralmente adotam o sistema de circuito para que cada aluno ou aluna possa ter contato com o universo do circo e experimentar as possibilidades do próprio corpo para conquistar a consciência corporal. As acrobacias, por exemplo, trabalham alongamento, flexibilidade e força. “A criança descobre também o que é capaz de fazer com o corpo do outro e o que o corpo pode fazer sozinho”, diz Rodrigo Ferrari. Para o professor, como o universo do circo está muito relacionado ao lúdico, à brincadeira e à diversão, é mais fácil para as crianças se envolverem nas atividades propostas. “No entanto, tem-se um treinamento físico difícil por trás de todo esse imaginário. É possível se divertir treinando, mas temos também o lado sério da educação corporal. O corpo da criança precisa estar preparado para fazer tudo aquilo que ela acha bonito de ver num espetáculo circense”, salienta. Há seis anos dando aulas de circo para crianças Rodrigo Ferrari coleciona alguns relatos de famílias que demonstram como o circo interfere positivamente em outros âmbitos da vida de quem o pratica. “Um exemplo bom são as aulas de educação física da escola. A criança que faz circo se sente mais segura

para a prática de um esporte coletivo ou outra atividade física proposta e também se torna mais apta a interagir nas brincadeiras e com o outro”, explica. A história de Laura, de 7, é um exemplo que ilustra bem a fala do professor. A pedagoga Kelly Cristina Mamini dos Bernardon é mãe da garotinha e também de Juliano, de 12. Ela conta que uma fisioterapeuta indicou a aula de circo para a caçula, que tropeçava e caía muito. “A fisioterapeuta indicou o circo porque conhecia a aula e falou que era dinâmica e lúdica. A Laura fazia balé, mas reclamava.” Além disso, aos olhos da mãe, Laura parecia muito tímida e tinha certa dificuldade para se entrosar. “Quando levei minha filha para fazer uma aula experimental, ela se apaixonou. A Laura tem loucura com o circo.” A pedagoga diz que, além do salto no desenvolvimento motor, as aulas de circo ajudaram a menina a se soltar, a se comunicar melhor e a interagir não importa o ambiente. “Quando tinha aula de educação física na escola, minha filha costumava voltar ralada. Ia brincar, caía. E também tropeçava demais e torcia o pé com certa frequência. Depois que ela entrou no circo, tudo isso acabou”, reforça. Para Kelly, os ganhos para outros aspectos da vida da Laura também são muito nítidos. “Ela é uma menina confiante e segura. Antes, quando a gente ia a alguma festinha ela reclamava que não conhecia ninguém e ficava sentadinha, emburrada num canto. Hoje, ela se comunica com a maior facilidade e não preciso intermediar nada. A autoestima melhorou muito”, salienta.

Assunto: Adolescente é apreendido após atirar em segurança da UFPE, no Recife

Fonte: Portal G1 PE

Data: 05/11/2015



Jovem estava circulando no entorno da instituição na noite da quarta. Polícia desconfiou de 'atitude suspeita' e fez abordagem.

Um adolescente de 17 anos foi apreendido, na noite da quarta-feira (4), no entorno do campus Recife da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na Cidade Universitária, Zona Oeste da capital. Segundo a polícia, ele estava circulando em 'atitude suspeita', por volta das 20h. Ao ser abordado, o jovem chegou a atirar contra um vigilante da universidade, mas o funcionário não foi atingido pelo disparo.

De acordo com a polícia, o adolescente estava circulando pelas ruas próximas à instituição numa moto, com outra pessoa. A corporação suspeitou da dupla e fez uma abordagem. O outro homem envolvido, que pilotava o veículo, conseguiu fugir, mas o jovem tentou se esconder dentro do campus da UFPE.

O segurança da universidade teria tentado impedir a entrada do adolescente no local e, por isso, ele chegou a atirar na direção do vigilante. O jovem foi apreendido e encaminhado para o Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente (DPCA), na região central do Recife.

Por meio da assessoria de comunicação, a UFPE informou que o adolescente fugia da polícia quando entrou no campus, pelo portão de pedestres próximo ao Departamento de Farmácia. Durante a fuga, ele chegou a trocar tiros com a polícia e atirar no segurança terceirizado da instituição, mas ninguém ficou ferido. O jovem foi apreendido no estacionamento do Núcleo de Tecnologia da Informação, dentro do campus.

Assunto: Servidoras do TJPE lançam livro sobre alienação parental nesta quinta

Fonte: Diário de PE

Data: 05/11/2015



Nesta quinta-feira, às 10h, acontece o lançamento dos livros “Alienação Parental e Família Contemporânea. Um Estudo Sociojurídico – Volume 1” e “Alienação Parental e Família Contemporânea. Um Estudo Psicossocial – Volume 2”. O evento ocorre na Assembleia Legislativa de Pernambuco, no Plenário do Palácio Joaquim Nabuco, localizado na Rua da Aurora, 631, no bairro da Boa Vista.

Coordenado pela psicóloga do Centro de Apoio Psicossocial (CAP) do Tribunal de Justiça de Pernambuco Maria Quitéria Lustosa de Sousa, o livro “Alienação Parental e Família Contemporânea. Um Estudo Psicossocial – Volume 2” conta com artigos de 11 servidoras do CAP. O grupo de autoras é formado pelas assistentes sociais Ednalda Barbosa e Joelma Lapenda, e as psicólogas Ana Lúcia Navarro, Ana Paula Cabral, Carmésia Mesquita, Helena Ribeiro, Isabella Pedrosa, Ivana Apóstolo, Mônica Rocha e Quitéria Lustosa.

Para a chefe geral do CAP, psicóloga Helena Ribeiro, o livro será um importante veículo de divulgação sobre o conceito de alienação parental, as repercussões negativas na vida do alienado e as formas de punição deste crime tipificado na Lei 12.318/2010. “A prática da alienação parental causa sérios danos à vítima, como depressão e às vezes até a prática do suicídio. É preciso divulgar as punições para este crime, que vão desde advertência e pagamento de multa até a reversão da guarda. Com isso, agimos na sua coibição”, explica.

Conceito – De acordo a Lei 12.318/2010, a “Síndrome da Alienação Parental” é definida, em seu artigo 2º, como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

CAP – O Centro de Apoio Psicossocial funciona desde 1992. Vinculada administrativamente ao TJPE desde 1998, a unidade presta assistência para as 12 Varas de Família e Registro Civil da Capital. Uma equipe do centro composta por 17 psicólogos e dez assistentes sociais realiza um estudo e emite parecer sobre os processos que abordam conflitos de alienação parental. O grupo também realiza palestras sobre o assunto em instituições de ensino, órgãos públicos e comunidades.

Assunto: Prática de Adoção é finalista no Prêmio Innovare
Fonte: IBDFAM
Data: 05/11/2015



“Eu e meu marido ainda não estávamos habilitados, cheios de dúvidas jurídicas e processuais e ávidos por compartilhar a experiência de outras pessoas que já haviam adotado, quando tomamos conhecimento da criação do grupo, em março de 2014. Não tivemos dúvida: fomos à primeira reunião, ficamos e saímos radiantes com a proposta de conciliação, de embasamento jurídico e suporte psicológico - tanto para os adotantes quanto para os adotados”.

O encantamento de Rogério Koscheck com sua experiência no **Pós-natal da Adoção** (RJ) reflete o porquê dessa prática estar entre as finalistas na XII edição do Prêmio Innovare. O Prêmio anuncia os vencedores no dia 1º de dezembro em cerimônia realizada no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília. Este ano, foram selecionados 21 finalistas e o Pós-natal da Adoção concorre na categoria “Advocacia”.

O **Pós-natal da Adoção** faz uma analogia com o pós-natal que é feito quando nascem os filhos biológicos, que durante um ano são levados uma vez ao mês ao pediatra, para acompanhamento. A iniciativa firma com os membros um compromisso informal de acompanhamento mensal que se desenvolverá durante 12 meses, com um encontro mensal.

É um trabalho de acompanhamento que se realiza na lacuna do Judiciário, segundo explica a advogada Silvana do Monte Moreira, presidente da Comissão de Adoção do IBDFAM. “Nos processos de adoção, as crianças são entregues às famílias substitutas após estágio de convivência mediante ‘termo de guarda provisória’, com duração média de 180 dias. Percebemos, ao longo da vivência profissional, que os estudos sociais e psicológicos demoram em demasia a serem realizados e que a partir do momento da concessão da guarda as famílias ficam ‘soltas’, sem monitoramento, sem orientação e, principalmente, sem o apoio necessário ao pós-natal da adoção”.

Segundo Silvana, o projeto surgiu devido às demandas de adotantes em consultório (psicólogos) e escritório (advogados), onde os mesmos relatam suas inseguranças com relação à fase “crucial” e “delicada” da formação da parentalidade.

As reuniões do projeto são abertas e públicas. As discussões abordam todos os pontos de uma criança ou adolescente vitimada pelo abandono. Não existe uma predeterminação dos temas, que surgem à medida das necessidades dos adotantes. As crianças e adolescentes também têm seu espaço. Enquanto os pais conversam, os filhos ficam em outra sala com profissionais da Psicologia, que desenvolvem diversas atividades.

Koscheck, que é presidente da **Associação Brasileira de Famílias Homoafetivas (ABRAFH)**, e o marido, conseguiram a guarda dos 4 filhos em junho de 2014. Ele conta que participar do **Pós-natal da Adoção** foi “imprescindível” para a família.

“A participação e interação de nossos pequenos com outras crianças e adolescentes em situações semelhantes. Nossos filhos podiam e ainda podem constatar que nossa família é comum. Há ideias que, depois de praticadas e solidificadas, nos fazem pensar: ‘Por que não haviam sido realizadas antes? Esse é nosso sentimento. O Grupo do **Pós-Natal da Adoção** veio para ocupar uma lacuna imprescindível para o sucesso de diversas adoções. A conjugação do saber jurídico - explicado de uma forma clara, entendível e participante - com o acompanhamento psicológico de adotantes e adotados, configura-se como um evento mensal totalmente incorporado à agenda de nossa família. É um acontecimento único, seguro, prazeroso e indispensável para aqueles que têm a felicidade de ter composto sua família pela adoção”, diz.

A atuação do **Pós-natal da Adoção** busca evitar, ainda, casos de “devolução de crianças”, além de trabalhar a construção dos laços paterno-filiais, materno-filiais ou outra forma de exercício da parentalidade responsável. Atualmente, as reuniões acontecem no Colégio Metodista Bennett, no Rio de Janeiro/RJ, às segundas e quartas-feiras, às 19 horas.

Sobre o Prêmio – Criado em 2004 e com cerca de cinco mil práticas inscritas e mais 150 dessas premiadas, o Prêmio Innovare é a mais importante premiação da Justiça brasileira. É uma realização do Instituto Innovare, Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Associação de Magistrados Brasileiros, Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe), Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Nacional dos Procuradores da República e Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), com o apoio do Grupo Globo.

Assunto: Audiência pública discutirá protocolos de atuação para a defesa dos direitos da Infância e Juventude no carnaval 2016

Fonte: Ministério Público de PE

Data: 05/11/2015



No próximo dia **20 de novembro**, o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) realizará audiência pública para discutir os serviços e protocolos de atuação para a defesa dos direitos da Infância e Juventude no carnaval de 2016. A audiência será às 14h30, no auditório da Promotoria de Justiça de Olinda (Av. Pan Nordestina, 646, Vila Popular, Olinda).

Serão convidados para a audiência, através de ofício, representantes dos seguintes órgãos e entidades públicas: Promotorias de Justiça de Defesa da Cidadania de Olinda; Juízo da Infância e Juventude de Olinda; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Direitos Humanos; Secretaria Municipal de Turismo; Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (Comdica); Conselho Tutelar; Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas); Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, Infância e Juventude (SDSCJ); Polícia Militar de Pernambuco; e Delegacia de Polícia para Crianças e Adolescentes (DPCA).

Os expositores que desejarem manifestar-se durante a audiência deverão colocar o nome e qualificação na lista de inscrição, que estará localizada na porta de entrada do auditório. O cadastramento prévio dos expositores será realizado das 13h45 às 14h15, no dia da audiência. Após esse horário, a palavra só será franqueada mediante autorização da presidente da mesa, promotora de Justiça Aline Arroxelas.

O edital da audiência foi publicado no Diário Oficial da quarta-feira (4).

Assunto: Mais de 20 estabelecimentos comerciais de Lajedo se comprometem a coibir poluição sonora e venda ilegal de bebidas alcoólicas para menores de 18 anos

Fonte: Ministério Público de PE

Data: 05/11/2015



Para coibir a prática de poluição sonora em bares, restaurantes, lanchonetes e congêneres, bem como a venda ilegal de bebidas alcoólicas a menores de 18 anos, deficientes mentais e pessoas em estado de embriaguez, 23 proprietários de estabelecimentos comerciais do município de Lajedo firmaram Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) perante o Ministério Público de Pernambuco. Os TACs também objetivam fixar o horário de funcionamento dos estabelecimentos.

De acordo com a promotora de Justiça Danielly da Silva Lopes, o município de Lajedo está sendo palco de vários crimes, muitos destes ocorridos em locais que comercializam bebidas alcoólicas. Inclusive, no mês de agosto, uma chacina ocorreu dentro de um bar no Sítio Jureminha. Além disso, um ofício foi encaminhado ao MPPE pelo comandante da 2ª Companhia de Polícia Militar, solicitando a atuação do órgão para restringir o horário de funcionamento de bares, tendo em vista o alto índice de prática de condutas delituosas ocorridas nestes estabelecimentos e em suas proximidades.

A representante do MPPE também afirma, nos documentos, ter sido constatado que muitos bares e congêneres de Lajedo têm servido como focos de estacionamento de veículos equipados com sistemas de som, causando poluição sonora por uso em níveis acima dos determinados por lei. A prática gera sérios incômodos e danos à saúde da população, fatores que, aliados à ingestão de bebida alcoólica no período da madrugada, tem contribuído para a prática de crimes contra a vida nas adjacências de tais locais.

A partir da assinatura dos TACs, os proprietários dos bares e congêneres comprometem-se a não permitir em seus estabelecimentos comerciais a permanência de crianças e adolescentes desacompanhadas dos pais ou responsáveis, bem como publicar em local visível ao público informação acerca da proibição de bebidas alcoólicas a pessoas menores de 18 anos.

Os compromissários ficam, também, obrigados a não permitir que seus clientes utilizem quaisquer instrumentos que provoquem ruídos sonoros por meio de caixas de som, seja em automóveis ou não. Em local visível ao público deverá publicar cartazes orientando os consumidores sobre a proibição. A utilização de som é permitida unicamente aos proprietários dos estabelecimentos, apenas em seu interior e de modo que não provoquem ruídos em nível superior ao tolerável.

Por fim, os TACs estabelecem os seguintes horários de funcionamento dos bares, lanchonetes, desde que vendam bebidas alcoólicas, restaurantes e congêneres, exceto para os dias de festas

oficiais do município: de domingo a quinta-feira, até a meia-noite; sextas, sábados e vésperas de feriados, até as duas horas da manhã.

O descumprimento de qualquer cláusula do acordo acarretará em multa de mil reais, corrigidos monetariamente, a serem depositados no Fundo Estadual de Meio Ambiente e no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. O prazo de vigência do termo é indeterminado.

Os 23 TACs foram publicados no Diário Oficial do dia 29 de outubro.

Assunto: Relatório da OMS sobre combate à obesidade infantil recebe sugestões públicas

Fonte: ONU

Data: 05/11/2015



Organização Mundial da Saúde abriu para comentários a minuta do relatório final da Comissão de Alto Nível para Acabar com a Obesidade na Infância. Sugestões podem ser enviadas até o dia 13 de novembro de 2015.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) abriu para comentários a Minuta do Relatório Final da Comissão de Alto Nível para Acabar com a Obesidade na Infância. Para acessar o documento, que estará aberto para comentários até o dia 13 de novembro de 2015, clique [aqui](#).

Estão convidados a comentar e dar sugestões os representantes dos governos, profissionais de saúde, representantes do setor produtivo de alimentos e cidadãos em geral.



Juntamente com esta consulta pública, a OMS organizará consultas regionais e audições para uma revisão técnica do conteúdo proposto. Assim que os processos terminarem, todas as sugestões e os comentários, além das contribuições das consultas regionais, serão considerados no desenvolvimento do relatório final, que será concluído até o final de 2015.

A Comissão foi encarregada de produzir um relatório com as abordagens e as intervenções mais eficazes na luta contra obesidade na infância e na adolescência, em contextos diferentes em todo o mundo. A Comissão apresentará o seu relatório à diretora-geral da OMS para que ela possa transmitir as suas recomendações à Assembleia Mundial da Saúde.

Assunto: Prefeito sanciona projeto de lei que permite atuação das doulas para humanizar partos em JP

Fonte: Rede Nacional – Primeira Infância

Data: 05/11/2015



O município de João Pessoa passará a contar com a participação de doulas durante o ciclo de gestação. O prefeito Luciano Cartaxo sancionou, na manhã desta quarta-feira (4), o Projeto de Lei (PL) que autoriza a realização do serviço, com o objetivo de humanizar o parto. A Lei 907/2015 deverá ser publicada na edição de amanhã do Semanário Oficial do Município.

O prefeito lembrou que o Instituto Cândida Vargas (ICV), que integra a gestão municipal,

já garantia a opção pelo serviço das doulas às gestantes. "Esse é um ato essencial nesse momento tão importante da vida das mulheres e que agora é garantido em Lei. As gestantes de João Pessoa podem agora fazer a opção por ter esse acompanhamento e, assim, ganhar ainda mais cuidado e carinho durante o seu parto", disse.

A priorização do parto natural foi, para Luíza Beatriz, de 23 anos, o grande diferencial na atuação das doulas no nascimento de seus dois filhos. "Tive acompanhamento médico tradicional durante minha primeira gravidez e, em certo momento, vi que estavam tentando me empurrar uma cesariana. Eu nunca quis isso porque a ideia do parto normal sempre foi muito natural para mim", explicou.

Luíza resolveu trocar de médico e, nesse processo, conheceu uma doula, que a ajudou no restante da gravidez. "Aquele apoio foi tão importante pra mim que resolvi seguir esse caminho e me tornar uma doula, ajudando outras mulheres. A sanção dessa Lei nos anima muito porque é um passo decisivo na humanização do parto, que é o grande objetivo", afirmou.

Thayana Borja, de 27 anos, também é doula, e ajuda mulheres na gestação desde 2013. "Eu queria ajudar a mudar a assistência obstétrica e resolvi me capacitar para isso. Nossa missão é empoderar a mulher e dar a ela as informações necessárias para que elas façam escolhas conscientes. Queremos que as mulheres sejam donas de seus próprios partos, que seja um processo sem traumas", afirmou.

A solenidade para sanção do Projeto de Lei contou com a presença do vereador Flávio Eduardo Fuba, autor da propositura na Câmara Municipal de João Pessoa (CMJP).

A Lei - O PL 907/2015 permite a presença das doulas durante todo o chamado "ciclo gravídico puerperal", que compreende o pré-natal, o parto e o pós-parto, sempre que o serviço for solicitado pela gestante. A regra se aplica as maternidades e estabelecimentos de saúde da rede pública e particular em todo o município de João Pessoa.

As doulas são profissionais escolhidas livremente pelas gestantes e parturientes, e tem como função prestar suporte contínuo, sem relação com os procedimentos médicos, clínicos e fisioterapêuticos. O serviço é qualificado pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) e os atuantes devem ter certificação ocupacional para a finalidade.

"A doula não é uma profissional, mas qualquer mulher que queira dar apoio a outras mulheres de forma voluntária no período de gestação e que tenha se capacitado para isso", destacou a secretária adjunta de Políticas Públicas para as Mulheres, Adriana Urquiza. "Essa presença traz alívio às gestantes e chega a reduzir a duração do parto e a dispensar o uso de métodos farmacológicos", ressaltou.

Por meio da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, a Prefeitura de João Pessoa já disponibiliza cursos de formação para doulas, estando em andamento à capacitação da quarta turma. O curso dura cerca de um ano e as alunas realizam fase prática no Instituto Cândida Vargas.